

Santos, 10 de fevereiro de 2020.

## **RELATÓRIO DE GESTÃO – COMAD – 2020**

### Diretoria executiva:

Luciana Togni de Lima e Silva Surjus - Presidente

Annie Louise Saboya Prada - Vice-presidente

Wilmara Pereira Vasquez - 1a Secretária

Ângelo Galdino da Silva - 2o Secretário

Em 27/03/2019, tomamos posse como nova Diretoria Executiva do Comad, num compromisso de ampliação da participação dos usuários/beneficiários das políticas públicas de interface com a questão das drogas, contando, pela primeira vez na história do conselho, com usuários na diretoria – Talita Moraes naquele momento, e atualmente Ângelo Galdino.

Tendo a X Conferência de Políticas sobre drogas como mote do trabalho, além do 10o. Objetivo do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas - Redução das Desigualdades -, foram retomadas as câmaras setoriais de planejamento; legislação; e relações públicas; além dos esforços na conformação da comissão financeira.

Nesses meses foram realizadas 9 assembleias, 5 reuniões de diretoria executiva, 2 visitas à serviço conveniado (Comunidade Terapêutica Projeto Respeitar, recomendando em relatório à SMS e CMS a não renovação do Termo de Fomento), 1 visita ao Centro de Atenção Psicossocial, 1 visita ao Albergue Noturno, além da participação em 4 assembleias do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas.

Foram realizadas 2 reuniões com o Secretário Municipal de Saúde - uma delas para apresentação da diretoria e proposição de maior aproximação, outra, como participante da mobilização acerca de respostas frente à precarização do CAPSad; 2 reuniões com a presidente das Comissões de Cidadania e de Saúde da Câmara Municipal - vereadora Telma de Souza, para propor um trabalho de maior articulação com a Câmara Municipal, na avaliação e proposição de projetos de lei; e foram ainda solicitadas reuniões com a promotoria de justiça (já agendada para 11/02/2020) e com a juíza da vara criminal.

Realizamos 4 eventos comemorativos aos 20 anos de Comad Santos e 30 anos de Redução de Danos no Brasil, em parceria com diversos atores protagonistas na Política sobre Drogas, dentre os quais - Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme), Conselho Regional de Psicologia, Grupo de Pesquisa e Extensão Diverso da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos (Reduc), Movimento pela despatologização da vida (Despatologiza), Fórum Regional de Redução de Danos (FRRD), Intercambiantes Brasil (<https://www.santos.sp.gov.br/?q=content/comad-conselho-municipal-de-politicas-sobre-drogas>).

No dia 04/11/2019, no Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santos (Sindserv), foram debatidos os Desafios da Política sobre Drogas; no dia 11/11/2019, na Escola Municipal de

Administração Pública, foi pautada a Prevenção ao uso problemático de drogas; no dia 25/11/2019, na Unifesp, tratou-se do tema Maternidade e uso de drogas: direitos em disputa?; em 26/11/2019, proposta pelo mandato da vereadora Telma de Souza, aconteceu na Câmara Municipal de Santos a sessão solene em alusão ao Dia Municipal da Redução de Danos, instituído pela Lei 3401/2017 (<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/especial-publicitario/camara-municipal-de-santos/camara-de-santos/noticia/2019/11/28/camara-celebra-dia-da-reducao-de-danos.ghtml>); chegando diretamente até 150 pessoas, de maneira itinerante, ampliando a capilaridade da participação e do acesso à informação sobre política de drogas e sobre o Comad. Nas ocasiões foram distribuídas cópias das deliberações da última Conferência, e das ações apontadas como prioritárias ao poder público.

Deliberados como temas prioritários na Conferência e nas assembleias ordinárias do Conselho Municipal 1) a precarização do CAPSad e 2) a ampliação da rede de cuidado em saúde, levantamos todos os recursos da saúde recebidos pelo município desde a adesão ao Programa Crack é possível vencer em 2011, e entregamos em mãos, em junho de 2019 ao Secretário Municipal de Saúde ofício solicitando acesso aos processos que demonstram a tramitação e questionamos o porquê da não utilização dos recursos da ordem de 900 mil reais. Seguem abaixo os dados públicos sobre esse repasse, via sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde:

- 2011 – R\$754.000,00

- 2014 – R\$75.000,00

- 2016 – R\$90.000,00

Planilhas detalhadas em anexo.

Além disso, o ofício solicitava ainda informações acerca das taxas de mortalidade das pessoas em situação de rua em Santos; da justificativa para a destinação de prédio construído com recursos específicos para CAPSad na Zona Noroeste para outro serviço da saúde mental; a apresentação da composição e distribuição da carga horária dos servidores da equipe de Consultório na Rua e CAPSad, para verificação do cumprimento dos parâmetros das respectivas portarias que regulamentam tais serviços; a adequação dos Termos de Fomento com comunidades terapêuticas, com vistas a contemplar a inclusão do Comad na comissão de avaliação e monitoramento dos Planos de Ação, bem como no fluxo de aprovação de tais Termos; e a apresentação da pactuação do município no Programa Crack é possível vencer, bem como as ações realizadas e/ou a justificativa de não realização e prazos.

Este ofício sequer foi respondido ao Comad.

Como outra proposta da conferência que trata da criação do cargo público de agente redutor de danos, foi encaminhado como requerimento para o Prefeito de Santos, a partir do mandato da vereadora Telma de Souza e prevê os seguintes requisitos e proposições:

- Certificado de conclusão do ensino fundamental;
- Realizar busca ativa aos usuários na comunidade, domicilio, ruas e cenas de uso de drogas, com objetivo de sensibilizar e orientar usuários, seus familiares e a comunidade quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis para o tratamento de problemas

com álcool e outras drogas, principalmente aos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade;

- Ser interlocutor preferencial junto às pessoas com problemas relacionados ao uso de drogas, favorecendo a comunicação com outros serviços e setores;
- Realizar registros de atividades desenvolvidas e atendimentos interno e externo da Unidade de Saúde, estar junto/acompanhar o usuário nas atividades;
- Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de Saúde da Família e a população adscrita ao Centro de Atenção Psicossocial;
- Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção e de redução de danos, por meio de grupos, oficinas, visitas domiciliares, e ações educativas/informativas individuais e coletivas;
- Trabalhar com usuários de álcool, tabaco e outras drogas e seus familiares em base geográfica definida;
- Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção e de redução de danos do uso de álcool e outras drogas, por meio do desenvolvimento de ações conjuntas com a comunidade e unidades de saúde, de assistência social e educação.

Em resposta à solicitação da ouvidoria municipal, as propostas sugeridas pelo Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas para compor o contrato de gestão do PDR 2020 (Participação Direto nos Resultados) foram:

### ***Objetivos***

1) Ampliar de serviços territoriais municipais para pessoas com problemas com drogas na Rede de Atenção Psicossocial de Santos

Indicador sugerido - Monitoramento do percentual de execução dos recursos recebidos do Ministério da Saúde para implantação de serviços e desenvolvimento de ações relacionadas ao uso de drogas

Propostas de ações - 1. Transformação do CAPSad existente em CAPSadIII; 2. Implantação de CAPSadIII na Zona Noroeste; 3. Implantação de Unidade de Acolhimento; 4. Implantação da segunda equipe de consultório na rua.

Secretaria competente - Saúde

2) Garantir os direitos de cidadania às pessoas em situação de vulnerabilidade e em uso de drogas

Indicador sugerido - Monitoramento do percentual de pessoas em situação de rua e em uso de drogas inseridos em programas habitacionais e de trabalho (partindo do quantitativo do último censo realizado)

Propostas de ações - 1. Implementação de política de habitação para pessoas em situação de rua e em uso de drogas; 2. Criação do cargo público de agente redutor de danos; 3. Implantação de Unidade de Acolhimento a Gestantes/Mães em situação de rua e em uso de drogas; 4. Ampliação e reorganização dos serviços de acolhimento (mais serviços, com menos pessoas em cada um;

com horários expandidos; e que considerem peculiaridades – casais; pessoas com animais de estimação; idosos).

Secretarias competentes - Saúde; Habitação; Desenvolvimento Social; Trabalho.

3) Implantar uma política de educação preventiva baseados em evidências científicas e pautados pelos direitos humanos;

Indicador sugerido - Monitoramento do número de escolas por bairro, contempladas com horário integral; capacitação dos professores; com projetos artísticos, culturais e esportivos vinculados.

Propostas de ações - 1. Ampliar a oferta e divulgação dos espaços e atividades de esporte, cultura e lazer para crianças e adolescentes, nos territórios mais vulneráveis; 2. Ampliar o número de escolas em período integral, com atividades artísticas, esportivas, culturais, e abertas à participação familiar; 3. Estabelecer política de acesso a atividades culturais garantindo transporte gratuito às famílias em situação de maior vulnerabilidade; 4. Capacitação de Professores em programas de prevenção baseados nas normas internacionais sobre prevenção ao uso de drogas.

Secretarias competentes - Cultura; Educação; Esporte; Lazer; Transporte.

Como segunda temática de relevância, iniciamos uma aproximação com os serviços da assistência social, numa visita inicial ao Albergue Noturno para compreender seu funcionamento e conhecer os termos do convênio, o que será retomado em 2020.

Também fica como ação para o último ano dessa gestão a aproximação com a segurança pública; a instituição da comissão financeira para articular o uso do fundo municipal; e a aproximação com CMDCA e CMAS.